

UM DEBATE TEÓRICO SOBRE A ATUAÇÃO DOS NEORRURAIS EM ATIVIDADES SUSTENTÁVEIS: o caminho inverso dos movimentos migratórios

Loide Andréa Salache
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
loide@unicentro.br

Jó Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
jo@unicentro.br

Luciana Rosar Fornazari Klanovicz
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
lucianarfk@gmail.com

Jeferson Lozecky
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
lozecky@unicentro.br

Cleverson Fernando Salache
Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO
cleverson@unicentro.br

RESUMO

Este trabalho discute as lacunas concernentes à realização do caminho inverso dos movimentos migratórios provenientes das cidades em direção as áreas rurais do Brasil, procurando demonstrar que o último Censo Agropecuário 2017, período de referência de 1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, aduz uma flagrante ausência de dados concernentes aos migrantes neorrurais, que impactam direta ou indiretamente no agronegócio, na economia rural e em sistemas produtivos mais sustentáveis, empreendendo na agricultura, em produtos hortifrutigranjeiros, na pecuária, na plantação de flores, em plantas medicinais e negócios na área do lazer ou turismo rural. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo contou com elementos presentes na pesquisa qualitativa, uma vez que o objetivo norteador está em averiguar a figura do migrante neorrural, que vem ocupando o campo, principalmente, na última década, e (re)desenhando o desenvolvimento comunitário em termos de organização e relações, no contexto da ruralidade. Os resultados mais importantes e as conclusões obtidas destacam que estes novos ruralistas, transformam o agronegócio e o meio rural do pujante século, mexendo com concepções arraigadas e discursos, tendo em vista a realização de práticas agroecológicas sustentáveis, com geração de renda e qualidade de vida.

Palavras-chave: Neorrurais; Migração; Agronegócio Sustentável; Desenvolvimento Comunitário.

1 INTRODUÇÃO

As novas formas de ocupação do território rural no século XXI, principalmente nos

últimos quinze anos, tem sido objeto de diversas pesquisas que expressam as novas ruralidades. As migrações do urbano para o rural tiveram início na década de 1990, cresceram nos anos 2000 e se intensificaram a partir de 2010. A vinda de novos habitantes de centros urbanos para o ambiente rural, os neorrurais, promovem uma reocupação do espaço rural, com ou sem histórico de vida no campo e buscam uma nova forma de atuação econômica, uma mudança em seu estilo de vida e de interação social (BRANDEMBURG, 2005), logo que, as suas práticas e técnicas relacionadas à produção agrícola são baseadas em ações sustentáveis, intensificando novas oportunidades de trabalho para uma expressiva parcela da população rural.

Para fins de desenvolvimento comunitário, em relação a caracterização do migrante neorrural no território brasileiro, o Censo Agropecuário¹ – IBGE (2017), realizado com o objetivo de retratar a realidade do “Brasil Agrário” e formulado nas premissas sugeridas para a execução do Programa del Censo Agropecuário Mundial 2020, implementado pela Organização das Nações Unidas (ONU), visou captar as transformações ocorridas no contexto migratório urbano-rural no Brasil, por isso, este estudo traz apontamentos que caracterizam o conteúdo contido no Censo Agropecuário (periodicidade de divulgação deste Censo é quinquenal), realizado em 2017², especialmente, no que diz respeito a população integrante do campo e o universo agrícola nacional, apresentado nessa operação censitária.

O movimento dos neorrurais que decidiram deixar as cidades, em um sentido contrário ao êxodo rural, descaracterizam a constituição do cenário econômico e geográfico do campo, influenciando o crescimento das áreas rurais e impactam direta ou indiretamente no agronegócio, na economia rural e em sistemas produtivos mais sustentáveis, que envolvem conhecimentos relacionados a gestão do agronegócio sustentável, a agroecologia, a produção agropecuária, a economia rural, o cooperativismo e associativismo, e a bioeconomia, que são fortes tendências para a reconstrução e ressignificação do rural.

Essa situacionalidade faz parte de um imperativo histórico condicionado pelo dinamismo da sociedade, o qual traz mudanças no campo, logo que os neorrurais, podem vir a

¹ Como fruto dessa operação, são apresentados nesta publicação, os resultados preliminares do Censo Agropecuário 2017. As informações sobre pessoal ocupado, estoques, efetivos da pecuária, lavouras permanentes e silvicultura, entre outros dados estruturais, têm como referência o dia 30 de setembro de 2017, enquanto as relacionadas à propriedade, produção, área, volume de trabalho durante o ano, entre outros aspectos, se reportam ao período de 1 de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=21858&t=sobre> Acesso: 16 ago. 2021.

² Foram visitados para o último levantamento um total de 7,5 milhões de endereços, num trajeto dos recenseadores que somou 5,56 milhões de quilômetros de extensão. A coleta de dados ocorreu entre os dias 1º de outubro de 2017 e 28 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuario-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais> Acesso: 22 ago.2021.

compor com os pequenos produtores rurais, impulsionando a economia local na busca do desenvolvimento integrado e sustentável na zona rural, entre outras estratégias que são capazes de alavancar os pequenos produtores e fazer o negócio no campo crescer exponencialmente.

Mais especificamente, pretende-se abordar os desdobramentos da migração rural-urbana vigente no Brasil, tem desacelerado o êxodo rural e por meio do enfoque de abordagem territorial, vem expandir a demanda de “retorno as raízes”, decorrente do fenômeno que vem acontecendo nas últimas décadas, fruto do êxodo urbano, onde as pessoas estão deixando as cidades em busca de uma vida no campo, voltadas para um olhar mais tecnológico, agroecológico e agrosustentável, que impulsionam os deslocamentos migratórios procedentes do neorruralismo, ocorridos na era da globalidade.

Em tempos mais recentes, podemos destacar que o ambiente rural emerge como um espaço de atividades e profissões diversas, nesse contexto surge a figura do migrante neorrural, que muitas vezes são empreendedores urbanos que se instalam no campo e visam o agronegócio ecologicamente submetido à racionalidade do capital. Isto posto, o território rural na atualidade é reconstruído por atores diversos, dentre os quais está o agricultor familiar, ancorado na tradição da vida social camponesa e o neorrural, personagem de um rural do mundo da globalização e da evolução tecnológica presente na lavoura e na “roça”.

Pelo IBGE, no ano de 2010, para fins de exemplificação, a população rural brasileira era de 29.830.007 habitantes. Outrossim, na abrangência do perímetro campesino no ano de 2015, em pesquisa apoiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, calculou-se que 36% da população brasileira é rural, diferentemente dos cerca de 16%, apontados pelo último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Vale destacar ainda, que o Censo que seria efetivado no ano de 2020 pelo IBGE, foi transferido para o ano de 2021, tendo em vista, a situação pandêmica vivenciada pela humanidade, em virtude do Covid-19, que impediu a sua realização e por esse fato, ainda não dispomos dos dados relacionados a dinâmica migratória urbana-rural, configurada no espaço temporal de 2011 a 2020.

Visando averiguarmos à expansão das migrações condizentes ao tema da ruralidade que marca o Brasil, na perspectiva dos neorrurais, reconhecidos como atores que constroem o rural contemporâneo, traremos os dados apontados por estudiosos dessa área. Para tanto, adotar-se-á a proposta defendida por autores como Woortmann (1990), Felício (2006), Brandenburg (1998, 2010), Rodrigues (2014), Pinto (2015), Fankhauser (2018), Vargas (2020), entre outros, para caracterizarmos os fatores atrativos e repulsivos do êxodo rural, no que tange, a migração seletiva urbanarrural, logo que esta, vem assumindo proporções importantes no território

brasileiro, na figura do migrante neorrural, de origem urbana, o qual se instalada no campo como agricultor ou produtor ruralista e assim, contribui consideravelmente à construção de um modelo de desenvolvimento rural e agrícola original.

Dessa forma, a presença do neorrural no agronegócio vem se revelando na contemporaneidade como um importante fator de desenvolvimento da zona rural brasileira, por isso, tratar as relações entre transformações sociais no campo e suas demandas, é o objetivo desse ensaio com o intuito de analisar essa dinâmica migratória, configurada, exemplificadamente, no neorrural paranaense, averiguando quais são os fatores que impulsionam a realização do caminho inverso que faz as pessoas trocarem a cidade pelo campo, condizente aos fluxos migratórios na atualidade. Logo que, pretendemos entender como os discursos, concepções e ações destes atores sociais migrantes neorruralistas, interferem no desenvolvimento rural sustentável na atualidade.

Assim, a partir deste trabalho de análise bibliográfica, documental e censitária, busca-se compreender como se processa, ao longo do século XXI, a dinâmica migratória por meio da presença do neorrural no campo, pois, as suas atividades encontram-se entre as ações mais significativas em termos de desenvolvimento rural dos últimos anos, especificamente, no que se refere ao rural socioambiental, levando em conta as formas de organização social do território do/no campo e suas respectivas formas de sociabilidade, bem como, as suas relações com a natureza, tendo em vista, esses novos atores que constroem o ambiente rural da era da globalização.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para se compreender a ocupação do território paranaense no que diz respeito a migração neorrural, se faz necessário o entendimento teórico desse novo contexto de ocupação do campo, frente ao desenvolvimento do capitalismo no que concerne à agricultura e a reforma agrária, bem como, às políticas de ocupação territorial que são provenientes do desenvolvimento agroecológico e ecossustentável, da presença da tecnologia na lavoura e, da otimização de serviços e produtos desenvolvidos no campo, atrelados à modernização que integra a agricultura à indústria, pois:

O neorruralismo expressa a ideia de uma série de valores [...], que passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade [...] são

as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (GIULIANI, 1990, p.59-60).

Segundo Pieruccini, Tschá e Iwake (2003), os movimentos migratórios internos no Brasil são influenciados territorialmente pela formação econômica do país e desde o século XX, os fluxos de migração ocorrem pela busca de melhores condições de emprego em áreas urbanas. Nesse sentido, vale destacar que a migração neorrural é um fenômeno que ocorre com maior intensidade no século XXI, em virtude das mudanças e das novas funções do meio rural, frente aos novos atores que se deslocam das cidades para viverem no campo, e que estão atrelados a emergência do desenvolvimento sustentável da zona rural. Nesse sentido, há uma nova interpretação das unidades familiares no contexto urbano-rural, para além de sua dimensão produtiva, visto que:

Ambos os enfoques, sobre os múltiplos papéis da agricultura e sobre os territórios, estão subjacentes às manifestações de retórica ‘não produtivista’ que têm se multiplicado no Brasil – assim como em várias partes do mundo – em tensão com o linguajar hegemônico do agronegócio (BONNAL; MALUF, 2007, p. 2).

Na perspectiva de Torre e Wallet (2016), a ruralidade como uma construção social ganha ênfase no século XXI e nessa situacionalidade, para que desenvolvimento comunitário possa operar uma transformação dos indivíduos e dos grupos humanos, é necessário respeitar a dimensão cultural e os valores sociais, associados às áreas rurais e à vida rural em geral, tendo em vista que, os habitantes do campo, “devem ser os autores dessa transformação, tomando consciência dela, escolhendo-a, assumindo-a, realizando-a, que o mesmo é dizer que o desenvolvimento deve processar-se por iniciativa, com a participação e sob a responsabilidade daqueles a quem vai beneficiar, como é da índole do desenvolvimento comunitário” (SILVA, 1963, p.544).

Logo, as migrações realizadas no âmbito do neorruralismo, para que o desenvolvimento comunitário se efetive, devem priorizar o uso e trabalho no campo, respeitando a sustentabilidade ambiental. Assim, o desenvolvimento rural ocorrerá de forma sustentável, em conformidade com os preceitos propostos em 2015, pela Organização das Nações Unidas (ONU), que consideram a aplicabilidade de uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para o planeta, com a sua executoriedade organizada para os próximos 15 anos, consagrando-se em a Agenda 2030, a qual é composta pelos “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU)”, e expressa que esse deve ser:

Um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil. Os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos. O setor privado tem um papel essencial nesse processo como grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologias influenciador e engajador dos mais diversos públicos – governos, fornecedores, colaboradores e consumidores (ONU-ODS, 2020, s/p).

Para contextualizar esta identificação, a mobilidade migratória urbana-rural, constitui-se em importante mecanismo de mudança na empregabilidade do/no campo, influenciando o mercado trabalho regional no Brasil e no Paraná, pela viabilização do agronegócio sustentável, que “baseia-se na adoção de boas práticas socioambientais na agricultura, na pecuária e demais atividades rurais para garantir o bem-estar de toda a sociedade e o equilíbrio entre produção e conservação”, segundo a Cartilha do Agronegócio Sustentável, do Banco do Brasil (2009, s/p).

Conforme dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), que demonstra a localização de habitantes em espaços urbanos e rurais no Brasil, podemos interpretar que os dados sobre a migração neorrural no Brasil de um modo geral é emblemática, uma vez que, não há citação específica de levantamento de dados que quantifiquem os migrantes urbanos-rurais nos resultados do Censo Demográfico Brasileiro, na abrangência temporal de 2000 a 2010. Vale salientar, que no contexto das migrações, para ilustrarmos a valoração da pesquisa teórica proposta, há vários tipos de migração, conforme o tempo de viagem, distância ou motivo, o que contribui para a existência de uma definição bem consolidada, entre elas estão:

- Migração pendular: é uma das mais comuns, pois diz respeito ao movimento que ocorre de um lugar para o outro diariamente. Ir à escola, depois voltar para casa, ou ir a um supermercado e retornar ao lar já são exemplos da migração pendular. É o movimento que fazemos quando vamos a um local e retornamos para o local de origem no mesmo dia.
- Migração sazonal: ocorre apenas em algumas épocas do ano, como em estações do ano, ou em épocas de colheitas na agricultura. Pode ocorrer em vários momentos, quando passamos alguns meses em um local e depois retornamos.
- Migração de refúgio: ocorre por fatores inertes aos seres. Geralmente quem realiza esse tipo de migração está fugindo de algo que ocorreu em seu lar original, sendo chamado de refugiado. Essa fuga pode estar associada a fenômenos climáticos, guerras políticas, crises econômicas, entre outros.
- Transumância: é bem parecida com a migração sazonal, mas ocorre em épocas específicas. Esse movimento é comum nas plantações de cana-de-açúcar, quando os trabalhadores vão para as fazendas apenas na época de colher a cana, retornando para suas casas quando o trabalho é finalizado.
- Êxodo rural: é o movimento que acontece quando a população rural deixa o campo e parte para a cidade, seja em busca de novas oportunidades ou moradia, seja mesmo para mudar de ares.

- Êxodo urbano: é o reverso do êxodo rural, ou seja, quando a população urbana deixa a cidade e vai para o campo.
- Migração intraurbana: ocorre entre as cidades, muito comum em áreas conurbadas e em regiões metropolitanas.
- Migração intrarregional: realizada internamente nas regiões, como ir de São Paulo ao Rio de Janeiro (migração realizada dentro da região Sudeste).
- Migração inter-regional: muito comum em épocas de festividades e férias, pois ocorre de uma região para a outra. Por exemplo, sair de Goiás e ir para a Bahia passar férias (migração entre o Centro-Oeste e o Nordeste).
- Nomadismo: realizado de forma contínua, de um local para o outro. Muito comum nos primórdios da humanidade, sendo raro atualmente.
- Diáspora: quando uma população inteira é dispersada de sua região local, seja à força (como os negros na época da escravidão), seja de forma espontânea, como os hebreus quando saíram do Egito antigo (MUNDO EDUCAÇÃO, 2021, s/p.).

Isto posto, no Censo Agropecuário 2017, pelo seu refinamento metodológico e pela inovação tecnológica introduzida nesta pesquisa, pode-se observar que em seu conteúdo, mesmo que de maneira ainda singela, a implícita incorporação de novos conceitos concernentes a migração neorrural, quando se aborda a população-alvo desse Censo e as atividades desenvolvidas por elas no campo e também, ao citar os estabelecimentos agropecuários existentes no País, composto por segmentos de agricultura, pecuária, aquicultura, avicultura, ricultura, apicultura, sericultura, extração vegetal e silvicultura, independentemente do seu tamanho, de sua forma jurídica, ou de sua localização em área rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda.

Contemplando, assim, em meio a tabulação desses negócios, o migrante urbano-rural que se encaixa nesse descritivo de produtor ruralista, sob a égide executória de atividades no ramo agrícola-agropecuário, interferindo na economia e gerando emprego no meio rural, pecuária, lavoura e agroindústria. Vale ressaltar que o “Censo Agro”, no Brasil foi:

Realizado pela primeira vez em setembro de 1920, o Censo Agro é a principal e mais completa investigação estatística e territorial sobre a produção agropecuária brasileira.

- As informações geradas pela pesquisa possibilitam o planejamento e a avaliação de políticas públicas sobre o setor.
- No período de 100 anos, o Censo Agro acompanhou a mudança tecnológica no campo e também se modernizou.
- O primeiro Censo Agro foi realizado pela Diretoria Geral de Estatística - DGE, Órgão do extinto Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir dessa operação pioneira, foram mais 10 edições, sendo a última em 2017, totalizando 11 Censos.
- No Censo Agro de 2006, foi usado pela primeira vez um equipamento eletrônico de coleta de dados - PDA (Personal Digital Assistant), que substituiu os questionários em papel e coletou as coordenadas geográficas dos estabelecimentos agropecuários.

- Na edição de 2017, foi usado o Dispositivo Móvel de Coleta (DMC), que tinha a lista prévia de endereços e uma intensa utilização de sistemas georreferenciados.
- A Lei da Agricultura Familiar, de 2006, foi formulada com base em uma metodologia desenvolvida por pesquisadores da Universidade Federal Fluminense (UFF) para o Censo Agropecuário retratar de forma mais adequada a agricultura familiar (CENSO AGROPECUÁRIO 2017, IBGE-Brasil, s/p. 2020).

Segundo informações contidas no documento produzido pela EMBRAPA e UNICAMP, via seu Instituto de Economia (2014), “o mundo rural no Brasil do século XXI é formado de um novo padrão agrário e agrícola”, cujas atividades, especificamente, ao trabalho no campo e sua renda são resultados de uma nova produção rural, habitada por uma sociedade da cidade, que executa trabalhos específicos para o comércio e a indústria. Aqui, chamamos a atenção para o “fato fundamental de que o agronegócio é o único segmento relevante da economia brasileira, e que tem, no progresso técnico, o centro de seu modelo de negócios (EMBRAPA, 2014, p.16).

Dessa forma, no atual século, há uma inversão do significado do êxodo rural, este que é definido historicamente pelo tipo de migração em que se predomina o deslocamento de parte da população rural em direção aos centros urbanos de forma desordenada ou não programada, entretanto, na contemporaneidade, alicerçado pela figura do neorrural, como ressalta Rocha (2016, p. 117), que após o início do século XXI, simultaneamente ao “avanço da modernização e o crescimento dos centros urbanos, tem se verificado um processo de valorização do meio rural, decorrente de uma transformação econômica e socioambiental, tornando controversa a simplificação excessiva que exclui importantes elementos que devem ser considerados ao se caracterizar o meio rural e urbano”, como elementos da modernidade contemporânea, sobretudo quando se trata da tecnologia, pois:

[...] As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema. Se isto é talvez mais óbvio no que toca à tecnologia, permeia também todas as outras esferas. Uma segunda descontinuidade é o escopo da mudança. Conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram virtualmente toda a superfície da Terra (GIDDENS, 1991, p.15).

Assim, o termo êxodo rural poderia agregar a sua essência linguística um novo subgênero, designado por “êxodo urbanorrural”, frente a essa situacionalidade supracitada, a qual se caracteriza pela migração do urbano para o campo, em busca de melhores condições de sustentabilidade de vida e trabalho. Em vista disso, Alves, Souza e Marra (2011), afirmam que

“as pessoas migram porque acham que vão melhorar de vida no novo destino escolhido (cidade, estado ou região)”. São situações como essas que configuram a presença do neorrural no campo e geram novos aspectos que compõem a um processo migratório:

Se no passado as migrações aconteciam de forma isolada, hoje, os neorrurais têm ajudado a encurtar essa distância entre a cidade e o campo. Com o avanço da tecnologia comunicacional, como a internet, a dimensão do espaço físico não é mais um elemento impeditivo para o indivíduo se conectar com o mundo (PIO, 2020, s/p).

Sabemos, perante o exposto, que a mobilidade humana como sinônimo de migração, para que a “população se desloque, se faz necessário a existência de fatores de atração e expulsão” (SINGER, 1980, p. 226). Diante desse entendimento, a mobilidade da população brasileira da cidade para o campo, se faz a partir da reestruturação produtiva desencadeada pela modernização da agricultura e do trabalho no meio rural, pois, os efeitos da globalização não poupam o mundo rural, logo que:

[...] A globalização não diz respeito apenas ao que está lá fora, afastado e muito distante do indivíduo. É também um fenômeno que se dá aqui dentro, influenciando aspectos íntimos e pessoais de nossas vidas. O debate sobre valores familiares que está se desenvolvendo em vários países, por exemplo, poderia parecer muito distanciado das influências globalizantes. Mas não é (GILDDENS, 2007, p.22).

Há, portanto, a partir da globalização uma ressignificação da estrutura de nossas vidas, independentemente da condição econômica, territorial ou social vivenciada. Porém, a maioria dos territórios rurais no Brasil, ainda ilustram uma atuação sobre os mesmos, miseramente medieval. Cabe salientar que a existência dos neorrurais no campo, está alicerçada na escolaridade que estes possuem e nos investimentos que estes, realizam em tecnologia, a qual é utilizada em benefício dos seus negócios nas áreas rurais, diferente muitas vezes da população nativa residente no campo de baixa escolaridade, enrijecida pelo isolamento tecnológico, apesar de toda mídia que transpassa na atualidade o/pelo campo, divulgando o agronegócio.

Segundo Maria Lucila Bezerra e Tânia Bacelar (2013), coordenadoras da pesquisa “Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas”, realizada pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, é essencial ter a compreensão de que o mundo rural para se desenvolver adequadamente, precisa do sustentáculo de políticas públicas para que os moradores dessas regiões rurais permaneçam nelas e não migrem para as cidades. As pesquisadoras ressaltam que os municípios brasileiros com menos de 5 mil habitantes, deveriam ser considerados zonas rurais, e não urbanas, pois, “o estilo de

vida dessas pessoas é mais ligado à natureza, as relações sociais são diferentes e elas deveriam ser vistas com um conceito mais sociológico, portanto, o Estado precisa chegar a estas pessoas de forma eficiente” (BEZERRA; BACELAR, 2013, p.35-36).

Conforme o agrônomo e colunista Christophe de Lannoy (2020), do Jornal de Beltrão, edição online, a projeção do rural em detrimento do urbano, ocorre pela presença dos “neorrurais, novos empreendedores do meio rural, que são muitas vezes pessoas de origem urbana, que descobriram no interior possibilidades de negócio que não teriam na cidade”. Um exemplo é a agricultora “Manuela de Faria, que deixou o emprego na área de Tecnologia da Informação (TI), em Curitiba, e resolveu morar em uma propriedade rural de Quatro Barras, na região metropolitana da capital paranaense”, investindo na criação de galinhas para a produção de ovos caipiras (RPC-PARANÁ, 2020), se tornando, portanto, uma neorrural.

Da mesma forma que, Eder Laureano Martins (ex-administrador, de Curitiba/PR), que tinha o desejo de deixar a vida na cidade e morar na área rural. Assim, ele e sua esposa Edna Belleti da Silva (ex-professora), buscaram por qualificação e aprenderam a agregar valor à produção no campo, cultivando morangos (RPC-PARANÁ, 2020). Logo, a inserção dos neorrurais “oxigena” o campo e desenvolve a comunidade local, ampliando as possibilidades para que a tecnologia seja implementada na ruralidade, aplicadas no desenvolvimento rural integrado sustentável, com a ampliação de oportunidades produtivas, através do empreendedorismo ecologicamente correto. E vale ressaltar que:

Embora ainda não existam estatísticas sobre o assunto, o movimento já é observado em diferentes regiões do Brasil, como explica Ivan André Alvarez, pesquisador da Embrapa Territorial. “É comum em áreas conhecidas como periurbanas, próximas dos centros urbanos. São pessoas na faixa de 30 a 40 anos, que conseguem aliar o agronegócio com a preservação do meio ambiente. Elas conhecem o mercado, porque eram consumidores na cidade.” André destaca que os neorrurais são mais abertos ao associativismo. “Eles criam soluções em conjunto. É mais fácil e rentável vender um produto de maneira associativa” (PIO, 2020, s/p).

Nesse sentido, há na atualidade “um novo rural”, composto pelo agribusiness, pelos neorrurais, que exploram os nichos de mercados, investindo em novas atividades agrícolas, como a criação de escargot, plantas e animais exóticos, cultivados pelos neorrurais nordestinos. Marques (2002), afirma que o “espaço rural corresponde a um meio específico, de características mais naturais do que o urbano”, que é produzido a partir de uma multiplicidade de usos nos quais a terra ou o “espaço natural”, aparecem como um fator primordial, o que “tem resultado muitas vezes na criação e na recriação de formas sociais de forte inscrição local, ou

seja, de territorialidade intensa” (MARQUES, 2002, p. 109).

As estatísticas mais recentes do Brasil rural, apontadas por estudiosos da área, como Felício (2006), Brandenburg (2010), Rodrigues (2014), Pinto (2015), Fankhauser (2018), entre outros, revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade, relatando em seus escritos, em conformidade com os seus estudos, que a população residente no campo voltou a crescer e que o emprego de natureza rural-agrícola se ampliou pela existência do neorrural no campo. Logo, o debate acadêmico em torno das interpretações do rural-urbano e/ou urbano-rural nos dias atuais, vem sendo renovado a partir de novos eventos e ações que vão se inserindo e modificando o habitat rural, fruto de atores que ali se encontram e que anteriormente, não pertenciam a esse ambiente ruralista, pois, vale ressaltar que o movimento neorruralista é:

Originado na França entre 1970 e 1980, e o seu conceito é relativamente recente no Brasil. Cresceu na década de 1990 e ficou mais evidente a partir dos anos 2000, associado ao crescimento do ambientalismo e de alternativas sustentáveis na agricultura (PIO, 2020, s/p).

Com a modernização da agricultura o êxodo rural foi intenso durante as décadas de 1970 e 1980, porém, no século XXI, há uma redução na intensidade dos deslocamentos em direção às cidades. No que tange, ao trabalhador rural de hoje, muitos ainda são diminutos proprietários, entre eles, exemplificadamente, podemos citar os pequenos agricultores dos Estados do Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia e Pernambuco, que se “rendem a entrada” do neorrural em “seus territórios” e se tornam meeiros desses novos residentes do campo, o que acaba por evitar nesse contexto, o êxodo rural.

Para efeitos de didatismo e levando em conta, a importância dos conteúdos aqui retratados, inserimos os conceitos de rural e urbano, assim como, território, territorialidade e territorialização, logo que estes, corroboram para a tecitura do entendimento dos fluxos migratórios, caracterizados pelo chamado continuum urbanorrural, que precede o êxodo urbano, em vista de elaborarmos uma nova leitura do contexto rural brasileiro, a fim de compreendermos as diferenças e suas inter-relações, as quais estão imbricadas na figura do neorrural, superposto como o novo habitante do campo.

Para Haesbaert (2001, p. 121), o território “envolve sempre, ao mesmo tempo, uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem”. Sendo assim, tomar como parâmetro o território para uma análise do significado do rural, em meio a migração neorrural, é destacar a importância que o espaço-território apresenta, ao incorporar em seu meio, novos

atores sociais, tendo em vista, suas particularidades históricas, econômicas e culturais que proporcionam a integração do neorrural ao resto do território e que dessa forma, condicionam o desenvolvimento territorial.

Já a categoria conceitual de territorialização refere-se ao processo de dominação e apropriação do espaço, baseados na territorialidade, nos símbolos de um território (HAESBAERT, 2005). Assim, para Saquet (2015), torna-se fundamental compreendermos que as territorialidades estão atreladas as temporalidades logo, esses fenômenos substantivam o território, pois, a territorialidade é algo que vai se desenvolvendo ao longo do tempo de forma histórica e relacional. Essa significação eleva a figura do neorrural, o qual agrega o território do campo, dentro de uma temporalidade e territorialidade, inerentes a sua própria representatividade campesina, que ressalta a reterritorialização da “urbanização rural”, com vistas à dinamização socioeconômica e à melhoria da qualidade de vida da sua população.

Autores como Abramovay (2000) e Pérez (2001), ressaltam nas suas pesquisas que o caráter territorial rural deve ser analisado, considerando as transformações que este, vem passando ao longo do tempo, o que ocasiona mudanças no meio rural, estabelecendo novos tipos de articulações e configurando novos territórios no próprio espaço rural. Aqui, o neorrural inicia um processo de transformação na sociedade ruralista, e atribui um novo sentido de pertencimento ao local, construindo referências identitárias que fazem com que seja possível estabelecer “relações sociopolíticas com essa terra”, logo que influenciam e alteram as condições econômicas dos residentes no campo, ingressando ali como sujeitos urbanos, pessoas desterritorializadas, que buscam sua reterritorialização no meio rural, fruto da migração urbana-rural.

Assim, a perspectiva da “urbanização do campo”, com o neorrural nos apresenta uma visão de/da possibilidade de levar o desenvolvimento e o progresso ao campo, especificativamente, impulsionando a emancipação socioeconômica do pequeno produtor, visto que, o neorrural deve se adaptar ao território rural, com suas características territoriais, provenientes da lógica da vida no campo. Nesse cenário, o presente ensaio objetiva abordar os neorurais e o caminho inverso dos movimentos migratórios, delineando apontamentos para a construção de novos campos de estudo nessa área, oriundos das transformações dos espaços e, nesse caso, do rural, logo, torna-se inexorável e necessário um (re)pensar sobre os fluxos migratórios ocasionados pelo êxodo urbano-rural, de forma que se possa apreender e entender suas mudanças, e interferências no processo de (re)territorialização do espaço rural na contemporaneidade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste estudo contou com elementos presentes na pesquisa qualitativa, uma vez que o objetivo norteador está em averiguar o migrante neorrural, uma categoria social específica, que vem ocupando o ambiente rural, como forma de (re)desenhar o desenvolvimento comunitário em termos de organização e relações.

Assim, os procedimentos metodológicos do artigo em tela, contemplam a análise temática da neorruralidade, com base nas lacunas concernentes à realização do caminho inverso dos movimentos migratórios provenientes das cidades em direção as áreas rurais do Brasil, procurando demonstrar que o grau de urbanização apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, realizado na vigência abrangente entre os anos de 2000 a 2010, de acordo com o referencial teórico apresentado, não considera o neorrural na sua especificidade censitária e principalmente, que o Censo Agropecuário 2017, não aborda a figura do neorrural, na sua composição censitária.

A metodologia desta pesquisa foi construída tendo o referencial teórico apresentado, como ponto de partida para o estudo do neorruralismo, para investigar os neorrurais agroecologistas, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável, e explicitar as motivações para a migração urbanorural na dimensão ambiental, social e econômica, de acordo com o referencial teórico, para cumprir com o compromisso ético científico, da presente pesquisa.

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os novos atores sociais no campo, ou seja, os neorrurais, estão procurando e explorando oportunidades para obter ganhos com o desenvolvimento das novas atividades, que promovem o desenvolvimento das áreas rurais, de forma sustentável. Essa tendência ocorre, não apenas em relação à importância dos ramos de atividade que abrange a gestão do agronegócio, a produção agropecuária, a economia rural, o cooperativismo e associativismo, a bioeconomia, mas principalmente, pela forma de (re)organização do trabalho e ocupação das pessoas, na zona rural.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na vigência abrangente dos anos de 2000 a 2010, não contempla a figura do neorruralista na sua composição, demonstrando

assim, uma flagrante ausência de dados inerentes aos migrantes neorrurais, que impactam direta ou indiretamente no agronegócio, na economia rural e em sistemas produtivos mais sustentáveis, empreendendo na agricultura, em produtos hortifrutigranjeiros, na pecuária, na plantação de flores, em plantas medicinais e negócios na área do lazer ou turismo rural.

O Atlas do Espaço Rural (IBGE-Brasil, 2017), produzido como obra comemorativa dos 100 anos de Censo Agropecuário, faz uma análise geográfica dos resultados definitivos do Censo Agro 2017, respaldado em fontes como a publicação Regiões de Influência das Cidades (Regic 2018), a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) e a Produção Agrícola Municipal (PAM), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), e a Fundação Nacional do Índio (Funai), entretanto, em suas quase 250 páginas de mapas, gráficos, tabelas e textos, não apresenta informações precisas sobre os neorrurais e sua importância na contemporaneidade, ou seja, no século XXI e principalmente, nesta última década de desenvolvimento das áreas rurais.

O Censo Agropecuário 2017³, que teve o seu resultado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2018, “mostraram o aumento da mecanização e conseqüente redução da mão de obra no campo. Houve queda de 1,5 milhão de pessoas nas atividades agropecuárias, em relação ao Censo 2006. Com isso, a média de ocupados por estabelecimento caiu de 3,2 pessoas para 3 pessoas. Em sentido oposto, o número de tratores cresceu 49,7% no período e chegou a 1,22 milhão de unidades. Em dezembro, foi lançado o caderno temático Geografias da Agropecuária Brasileira, um conjunto de 151 mapas e 135 gráficos, que propõe uma análise geográfica dos primeiros resultados do Censo Agropecuário Brasileiro” (IBGE, s/p., 2018).

Segundo as informações contidas no Censo⁴ Agropecuário 2017 do Brasil, ainda existe uma necessidade de maior “investimento em tecnologia, em práticas de manejo e conservação dos solos e na preservação ou recomposição das áreas de preservação permanente, para a

3 É o que revela o Censo Agropecuário 2017, que teve os resultados definitivos divulgados hoje (25) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A pesquisa fez uma fotografia do campo brasileiro no dia 30 de setembro de 2017, com dados relativos ao período entre 1º de outubro de 2016 e a data base. O primeiro Censo Agropecuário do país foi feito em 1920 e ocorre em intervalos mais ou menos decenais desde 1940, com exceção do período entre 1970 e 1985, quando foi feito a cada 5 anos. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuaria-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais> Acesso: 22 ago.2021.

4 Com território de 851,487 milhões de hectares (ha), o Brasil tem um total de 5.073.324 estabelecimentos agropecuários, que ocupam uma área total de 351,289 milhões de ha, ou seja, cerca de 41% da área total do país. Em relação ao levantamento anterior, feito em 2006, houve aumento de 5,8% na área ocupada, apesar da redução de 102.312 unidades rurais. O levantamento também mostra um total de terras indígenas que somam 117,639 milhões de ha e unidades de conservação espalhadas por 151,895 milhões de ha. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuaria-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais> Acesso: 22 ago.2021.

garantia de uma melhor qualidade ambiental e a sustentabilidade dos recursos naturais”. Entretanto, não há dados confirmativos no Censo Agropecuário 2017, quanto a ocupação da terra⁵ no ambiente da ruralidade, por esse novo ator social do campo, o neorrural.

Portanto, a discussão e análise dos dados quanto a atuação dos neorrurais em atividades sustentáveis, no que tange, ao caminho inverso dos movimentos migratórios, tanto no Censo Agropecuário 2017, como no Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), não relacionam na sua tessitura textual, a presença do neorrural no campo.

Diante disso, é fundamental empreendermos estudos sobre populações neorrurais e suas formas de atuação na sociedade contemporânea, para discutirmos as novas configurações de ocupação do espaço rural de maneira sustentável, tendo em vista, a presença do migrante neorrural, no espaço territorial do campo.

5 CONCLUSÕES

Este artigo apresenta reflexões sobre a existência do neorrural no Censo Agropecuário 2017, produzido no Brasil. Nessa perspectiva, o presente estudo buscou enfatizar a figura dos neorrurais e o caminho inverso dos movimentos migratórios, realizados por esse novo ator social, que faz o êxodo urbano-rural. O nosso objetivo foi expor apontamentos para a construção de novos campos de estudo na área migratória, tendo em vista, o neorrural agroecológico. A relevância deste trabalho está centrada em destacar, o fato de que este movimento de migração neorrural, tem crescido ultimamente, principalmente, nos últimos dez anos no Brasil, maneira exponencial, exigindo posturas de incorporação e reconhecimento deste agente, como promotor do desenvolvimento rural no século XXI.

Observamos que não há, propriamente, a nomenclatura “neorrural”, no Censo Agropecuário 2017, se tornando evidente, que a Academia precisa desenvolver estudos nesse contexto, para impulsionar que IBGE e outros Institutos da área, contemplem pesquisas e abordem no seu entendimento discursivo, ações que reconheçam o migrante neorrural, como atores sociais que interferem no desenvolvimento rural sustentável, e precisam ser identificados e computados, nesse contexto existencial do ambiente ruralista, pois, integram a sociedade

5 Quanto à utilização da terra, houve diminuição de 34% na área de lavouras permanentes, ficando em 7,755 milhões de hectares, e de 18% nas pastagens naturais, que somam 47,323 milhões de ha. Por outro lado, as áreas dedicadas a lavouras temporárias cresceram 14% (55.761.998 ha), as de pastagens plantadas subiram 10% (112.174.148 ha), as matas naturais dentro de estabelecimentos agrícolas aumentaram 12% (106.574.867 ha) e as matas plantadas ocupam uma área 83% maior que em 2006 (8.658.850 ha). Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuário-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais> Acesso: 22 ago.2021.

contemporânea e globalizada do campo.

A partir desta pesquisa e valendo-se dos estudos suprarrelacionados neste ensaio, percebe-se que estas novas figuras da ruralidade, o neorrural, interferem no desenvolvimento local, como nas formas de ver o rural e fazer agricultura, problematizando desde ações a nível micro, pessoais, comunitárias e regionais, até para a criação de políticas públicas, a partir do reconhecimento do neorrural no campo.

No contexto apresentado na pesquisa em tela, percebemos que os neorrurais são em si um grupo diverso de pessoas que residem nas áreas rurais, mas que compartilham o sonho de deixar a cidade e seguir em direção a zona rural, para construir uma nova vida junto do/no campo, com a “mão na terra”, plantando seu próprio alimento e desenvolvendo o agronegócio, agribusiness, na soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, bem como, do seu armazenamento e processamento, a partir do trabalho construído no/pelo campo, que muitas vezes têm a sua vinculação com a Agroecologia, com agriculturas de base ecológicas, numa concepção de desenvolvimento mais sustentável, “repreendendo” os agrotóxicos e as produções voltadas, excessivamente, a gerar apenas o lucro.

Entretanto, ressaltamos que seria pertinente a Academia impulsionar pesquisas e coleta de dados, que relacionem a presença do neorrural no campo, atribuindo destaque ao papel das mulheres nas famílias neorrurais agroecológicas, estes seriam portanto, recortes que gerariam excelentes pesquisas, envolvendo o contexto migratório urbanorrural, do ponto de vista de suas contribuições para o desenvolvimento rural sustentável no século XXI, frente ao diálogo com os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário.

Assim, o presente trabalho procurou analisar a migração do meio urbano para o rural, conhecido como o fenômeno neorrural ou até mesmo, novo rural, que faz com que trabalhadores urbanos, fixem raízes no campo, a partir da realização da “urbanização do/no campo”. Em diversos casos, o neorrural ao migrar para o campo possui como objetivo buscar a qualidade de vida não proporcionada pelo espaço urbano, atrelado ao desenvolvimento do trabalho no campo em sintonia com a natureza. Estes neorrurais resgatam a essencialidade da atividade agrícola enquanto modo de vida para o campesinato, perfazendo, por conseguinte, as novas ruralidades da contemporaneidade.

De momento, podemos concluir de maneira primária, que os neorrurais se posicionam em dois paradigmas, um está relacionado a sua filiação em atender a um nicho de mercado que os integra à agricultura empresarial e por outro lado, podemos relacionar os neorrurais, como habitantes do campo que se afastam da agricultura capitalista porque não se organizam a partir

do trabalho assalariado, logo que, a sua estrutura produtiva é sustentada fundamentalmente pela família, o que os caracteriza como “nativos agricultores”, produtores rurais.

Assim, destacamos que estas novas ruralidades, a partir da figura dos neorrurais que integram a vida no campo, está um potencial transformador do meio rural do pujante século, mexendo com concepções arraigadas, problematizando discursos e ações e, devido às práticas agroecológicas, o neorrural promove o engrandecimento rural sustentável, com geração de renda e qualidade de vida. E nesse cenário, o neorrural ao ocupar o território rural, impulsiona o surgimento de novas realidades no campo, novas formas de ocupação e uso do solo, que de maneira direta, marcam uma transformação física, social, ambiental e até mesmo, cultural, em contraste ao êxodo rural, em prol do desenvolvimento dos espaços rurais.

Os resultados da pesquisa mostram, portanto, que os neorrurais agroecologistas, contribuem com a expansão do agronegócio e da economia rural, a partir da inovação dos sistemas produtivos mais sustentáveis, otimizando a gestão do Agronegócio, a produção agropecuária, a economia rural, o cooperativismo e associativismo, a bioeconomia, considerando a proteção ambiental, com a transformação das bases produtivas e sociais, pois promovem a construção de uma agricultura ecologicamente sustentável e economicamente viável, resultando de maneira direta no desenvolvimento comunitário no espaço rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro: IPEA (Instituto Econômico de Pesquisa Aplicada), 2000. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0702.pdf Acesso em: 22 jul. 2021.

ALVES, E; SOUZA, G. S; MARRA, R. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. Revista de Política Agrícola: volume 20, num. 2, 2011. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/61/50>. Acesso: 11 jul. 2021.

BANCO DO BRASIL. Cartilha do Agronegócio Sustentável. Banco do Brasil, 2009. Disponível em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/CartAgroImgfinal.pdf> Acesso: 17 ago. 2021.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/> Acesso: 27 jul. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?edicao=21858&t=conceitos-e-metodos> Acesso: 22 ago. 2021.

_____. Censo Agropecuário 2017. Censo Agropecuário completa 100 anos e retrata história do setor no país. Editoria: IBGE. Umberlândia Cabral. Arte: Jessica Cândido e João Carlos Rodrigues. Atualizado em 01/09/2020, 19h39min. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28727-censo-agropecuário-completa-100-anos-e-retrata-historia-do-setor-no-pais> Acesso:22 ago. 2021.

_____. Censo Agropecuário 2017. Censo Agropecuário: Brasil tem 5 milhões de estabelecimentos rurais. IBGE mostra aumento de 5.8% em áreas de unidades rurais em 10 anos. Publicado em 25/10/2019, às 10h54min, por Akemi Nitahara - Repórter da Agência Brasil. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/censo-agropecuário-brasil-tem-5-milhoes-de-estabelecimentos-rurais> Acesso:22 ago. 2021.

_____. Atlas do Espaço Rural retrata diversidade e desigualdade do campo brasileiro. Agência IBGE, notícias. Editoria: Geociências. Por Carlos Alberto Guimarães. Arte: Jessica Cândido. Atualizado em 15/12/2020, às 11h07min.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29724-atlas-do-espaco-rural-retrata-diversidade-e-desigualdade-do-campo-brasileiro> Acesso:22 ago. 2021.

BEZERRA, M. L; BACELAR, T. Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras. Carlos Miranda e Heithel Silva (Orgs.Série). Brasília: IICA, 2013. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.21). Disponível em: <http://repiica.iica.int/DOCS/B3226P/B3226P.PDF> Acesso: 22 jul. 2021.

BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e a multifuncionalidade da agricultura familiar no Brasil. I Colóquio Internacional de Desenvolvimento Territorial Sustentável, Florianópolis (SC), agosto de 2007.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. Programa de Pós-graduação em Sociologia e Doutorado em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná – UFPR. Ambiente & Sociedade: v.13, nº. 2, Campinas-Dec. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2010000200013 Acesso: 02 jul. 2021.

_____. Colonos: subserviência e autonomia. In: FERREIRA, Â; DAMASCENO, D; BRANDENBURG, A. Para pensar outra agricultura. Curitiba: Ed. UFPR, 1998. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/710/575> Acesso: 20 jul. 2021.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, editores técnicos. In: Universidade de Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia (IE). Brasília, DF; 2014. https://www3.eco.unicamp.br/nea/images/arquivos/O_MUNDO_RURAL_2014.pdf Acesso: 22 ago. 2021.

EIGEDIN. Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (ISSN: 2594-8083). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. Diretrizes para Submissão de

Trabalhos. EIXO 6: Agronegócios, Economia Rural e Bioeconomia, 2021. Disponível em: <https://eigedin.ufms.br/submissao/> Acesso: 10 ago. 2021.

FANKHAUSER, E. Análise dos fatores discriminantes do crescimento urbano dos municípios da região sudoeste do Paraná no período 2000-2010. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE: Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional – Mestrado, 2018.

Disponível em:

http://tede.unioeste.br/bitstream/tede/3733/5/DISSERTA%C3%87%C3%83O_AN%C3%81LISE%20DOS%20FATORES%20DISCRIMINANTES%20DOS%20MUNIC%C3%8DPIOS%20DA%20REGI%C3%83O%20SUDOESTE%20DO%20PARAN%C3%81%20NO%20PER%C3%8DODO%202000-2010.pdf Acesso: 26 jul. 2021.

FELÍCIO, M. J. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. Geografia - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <file:///C:/Users/usuario/Downloads/6661-24347-1-PB.pdf> Acesso: 12 jul. 2021.

GIDDENS, A. Globalização e Risco. In. Mundo em descontrol. Rio de Janeiro: Record, 2007. p. 17-45.

_____. As consequências da modernidade. São Paulo: UNESP, 1991.

GIULIANI, G. M. Neorruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 14, p. 59-67, 1990.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs). Religião, identidade e território. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001, p. 169-190.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA. São Paulo: Anais. Universidade de São Paulo, 2005.

LANNON, C. Jornal de Beltrão: Coluna do Christophe. Os neo-rurais, mulheres e o novo mundo rural. Publicada em 12/09/2020, às 08h29min. Disponível em: <https://www.jornaldebetrão.com.br/colunista/coluna-do-christophe/14993/os-neo-rurais-mulheres-e-o-novo-mundo-rural/> Acesso: 22 jul. 2021.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre. São Paulo, v. 2, n. 19, jul/dez. p. 95-112, 2002.

MUNDO EDUCAÇÃO. Tipos de Migração. Disponível em:

<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/migracao.htm> Acesso: 5 jul.2021.

PÉREZ, E. C. Hacia una nueva visión de lo rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). Una Nueva Ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Asdi/ Clacso,, p. 17-30, 2001.

PIERUCCINI, M. A; TSCHÁ, O. C. P; IWAKE, S. Criação dos municípios e processos emancipatórios. In: PERIS, A. F. (Org.). Estratégias de desenvolvimento regional: Região Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2003. p. 105-178.

PINTO, J. P. C. Os neo-rurais na região do Douro Verde impacte social, econômico e cultural. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto/PT. Setembro/2015.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/81791> Acesso: 12 jul. 2021.

PIO, J. Neorrurais trocam cidade pelo campo em busca de novo estilo de vida. Site Terra: 20 de setembro de 2020, às 13h07min. Disponível em:

<https://www.terra.com.br/noticias/ciencia/sustentabilidade/neorrurais-trocam-cidade-pelo-campo-em-busca-de-novo-estilo-de-vida,1a9901c5341b7137da35a66712c4912fwvhnotxg.html> Acesso: 16 ago. 2021.

RODRIGUES, J. F. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Análise Social*, nº. 211. Lisboa, jun. 2014. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732014000200008 Acesso: 04 jul. 2021.

RPC-PARANÁ. Neo-rurais fazem êxodo urbano e deixam a cidade para viver no campo. RPC-G1/PR: Caminhos do Campos. Disponível em:

<https://g1.globo.com/pr/parana/caminhos-do-campo/noticia/2020/03/01/neo-rurais-fazem-exodo-urbano-e-deixam-a-cidade-para-viver-no-campo.ghtml> Em: 01/03/2020, às 07h33min. Acesso: 04 jul. 2021.

SAQUET, M. Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades. Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Ed. Consequência, 2015.

SILVA, M. M. Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*. Vol. I, nº4, 1963, p. 538-558. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224155768W1IYC0wp0L119BR8.pdf> Acesso: 5 jul. 2021.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, Hélio (Org.). *Migração Interna: textos selecionados*. Fortaleza: Ed. Banco do Nordeste do Brasil, 1980.

TORRE, A.; WALLET, F. *Regional Development in Rural Areas: Analytical tools and Public policies*. Saclay: Springer, 2016.

VARGAS, Y. T. Os neo-rurais: capital humano estratégico de mudanças. Fundação Getúlio Vargas - FGV. Escola Brasileira de Administração Pública, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Mestrado em Administração Pública. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/16956/Os%20neo-rurais.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso: 02 jul. 2021.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma. (Org.). *Una Nueva Ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires:Asdi/ Clacso, p. 89-112, 2001.

WOORTMANN, K. Com Parente Não se Negueia: O Campesinato Como Ordem Moral. *Anuário Antropológico/87*. Editora Universidade de Brasília - UNB/Tempo Brasileiro, 1990. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6389/7649> Acesso: 12 jul. 2021.